

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Projeto permite concessionárias a fazerem manejo de árvores

Empresas de energia terão autonomia para a realização de podas

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

Um projeto de lei que permite as concessionárias gaúchas de energia elétrica, como CEEE Equatorial e RGE, a realizarem o manejo de árvores nos municípios foi aprovado ontem na Assembleia Legislativa, por 30 votos a 11. A matéria, de autoria do Poder Executivo, segue para sanção do governador Eduardo Leite (PSDB).

A iniciativa do projeto é que as concessionárias tenham atribuição sobre a vegetação que porventura impacte nas linhas de transmissão de energia. Uma das críticas de parlamentares de oposição à proposta é que as empresas teriam muita liberdade de realizar as podas. De acordo com o líder do governo Leite na Casa, deputado Frederico Antunes (PP), porém, há leis ambientais vigentes que impedem as concessionárias de prestarem o serviço de forma irregular.

O texto foi enviado ao Parla-

mento gaúcho pelo Executivo em regime de urgência. Ao longo da sessão plenária que aprovou o projeto, militantes da causa ambiental presentes nas galerias da Casa e deputados estaduais de oposição ao governo Leite pediram a retirada desta urgência, com o argumento que a proposta necessitaria de mais tempo de análise para ir à votação.

“Estamos insistindo que o governo tire a urgência, que crie um ambiente de debate mais qualificado de tal forma que nós possamos ter um bom projeto que preserve os interesses da população. A preservação das árvores, da fauna e da flora é de grande interesse da população ao lado da garantia do fornecimento de energia elétrica”, pontua o líder do PT na Assembleia, deputado estadual Miguel Rossetto.

Além destes, a Defensoria Pública do Estado (DPE/RS), por meio de seu Núcleo de Defesa Ambiental, se manifestou, em nota, contrária ao regime de urgência protocolado pelo governo ao projeto. “A DPE/RS entende que a retirada

do regime de urgência é essencial para possibilitar um debate público abrangente, assegurando uma discussão aprofundada sobre a proteção da biodiversidade, a mitigação do efeito das ilhas de calor urbanas e o fortalecimento da democracia ambiental, permitindo que os cidadãos efetivamente influenciem as decisões que afetam seu meio ambiente e sua saúde”, disse a Defensoria no comunicado.

De outro lado, o líder do governo avaliou como urgente a apreciação desta matéria. “Depois de tudo que nós temos passado, depois de tudo que aconteceu no período recente da catástrofe e dos eventos anteriores, que nós precisamos refazer o nosso plano de arborização, melhorando não só os tipos de árvores que serão plantadas, como também a parte de controle e de manutenção de podas”, argumentou.

O projeto ainda estabelece o prazo de cinco anos, a partir da publicação da lei, para que os municípios elaborem um Plano Municipal de Arborização Urbana.



MARCELO OLIVEIRA/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Texto do Poder Executivo foi aprovado em plenário por 30 votos a favor e 11 contrários

Pacheco acredita aprovar 2º projeto da reforma neste ano

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que acredita que o segundo projeto de regulamentação da reforma tributária pode ser votado ainda neste ano na casa.

A meta é ambiciosa, já que o

projeto chegou recentemente ao Senado e os parlamentares estão dedicados ao primeiro projeto de regulamentação da tributária, que tem previsão de ser votado no início de dezembro.

“O primeiro projeto é mais desafiador, é mais complexo. Braga (relator Eduardo Braga) está se

dedicando muito a ele. O segundo projeto é mais de procedimento e exaurimento do que está sendo feito no primeiro, então acredito muito na aprovação até o final do ano de todos”, disse o presidente do Senado na saída do 2º Simpósio da Liberdade Econômica, em Brasília.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Desespero dos produtores gaúchos

ANDRESS FONTANA/DIVULGAÇÃO/JC



As lideranças do agronegócio gaúcho voltam a Brasília, mais uma vez, para pedir socorro. Em reunião com parlamentares, apresentaram a situação desesperadora do agro no Estado. “O governo, seis meses depois, não tem como continuar culpando a burocracia pelo que está acontecendo. Na verdade, o governo federal criou burocracias, e hoje bota a culpa nelas”, afirmou o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo), anunciando que apresentou um projeto de lei para que sejam destravados os recursos aos produtores do Rio Grande do Sul. Ele vai pedir, com apoio da bancada, que o presidente Arthur Lira (PP) destrave os recursos.

Êxodo para o Uruguai

“A situação está criando um novo tipo de êxodo no Rio Grande do Sul”, afirmou um líder agropecuarista, durante a reunião com parlamentares, ontem, na Câmara dos Deputados. “Muitos produtores que o que fazem realmente é plantar, é produzir, estão desalentados, perderam na seca, perderam na enchente e pior do que perder é não ter expectativa; a perspectiva de voltar a trabalhar, estão se transferindo para o Uruguai, vão produzir no país vizinho”, afirmou um produtor presente à reunião.

Mais recursos

A situação foi confirmada pelo deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP) ao Repórter Brasília. “Nós precisamos de mais recursos, e devem chegar de uma forma ágil. Esse último recurso do BNDES chegou de uma forma mais ágil, mas ainda tem que renegociar a dívida dos produtores, que só foi prorrogada até março. Março ninguém colhe, ninguém consegue colher, com raras exceções consegue. Então o problema foi só postergado”, afirmou o deputado Afonso Hamm.

As coisas não estão boas

Para o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT), “na verdade, a vinda de tantos agricultores e tanta representatividade aqui, é porque as coisas não estão boas, as coisas não estão corretas, não está certa, e se tem algo errado o nosso dever é diagnosticar, estabelecer o diagnóstico, ver onde está o problema e estabelecer o prognóstico”.

Não adianta ficar xingando

De acordo com Pompeo de Mattos, “não adianta nós virmos aqui e ficar ofendendo o governo, xingando o outro. Se é para ficarmos xingando, como um outro deputado fez, bom, vamos xingar e voltarmos para casa. Se queremos uma solução, temos que diagnosticar o problema”.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323